



Processo n.º04/13_UVP-FPC

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR
(DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC)

A. Identificação e Instrução

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 04.01.2013, contra o ciclista portador da licença n.º tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo resultado positivo do controlo antidopagem realizado em 23.09.2012, com o código "Miséria", e que veio a revelar a presença de Efedrina (substância proibida pertencente à classe S6.b da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos; entretanto revogada pela Portaria n.º 22/2013, de 23 de Janeiro, que mantém a qualificação da substância proibida).

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Presidente deste Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

Estão presentes todos os membros deste Conselho, tendo-se verificado que a Arguida está sujeita ao poder disciplinar da UVP-FPC, e que nesta data não decorreram mais de 120 dias desde a comunicação da violação da norma antidopagem (04.01.2013), pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos para validamente deliberar e decidir o processo disciplinar.

A. Decisão

No termo da instrução foi elaborado relatório final, que se subscreve na totalidade - quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante da presente decisão.

No relatório final do Exmo. Senhor Instrutor do processo, este propõe a aplicação, em concreto, ao Arguido, das seguintes sanções: *"Considerando tudo quanto acima se expôs, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido de uma pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de dois anos (artigo 61.º n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), acrescida da invalidação do resultado obtido na prova "Maratona BTT 5 Cumes" (artigo 74.º da*

1
12
[assinatura]



Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), da anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 23 de Setembro de 2012 (artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto) e, ainda, de uma sanção pecuniária, que atentas as circunstâncias do caso concreto se fixa em €1.600 (artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC), por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos.”.

Depois de analisado todo o processo, este Conselho discutiu a proposta do Exmo. Senhor Instrutor e, até pela inexistência de margem legal para qualquer discricionariedade ou subjetividade no que às penas de suspensão, invalidação e anulação diz respeito, unanimemente concordou com a mesma. **Decide-se, assim, no caso concreto, aplicar ao ciclista as seguintes sanções cumulativas:**

- **Pena de suspensão de dois anos** (nos termos do artigo 61º nº 1 da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- **Invalidação do resultado obtido na prova “Maratona BTT 5 Cumes”** (artigo 74.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto);
- **Anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 23 de Setembro de 2012** (artigo 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- **Sanção pecuniária no valor de €1.600,00** (artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC), a pagar em 16 prestações mensais e sucessivas, cada uma no valor de €100,00 (cem euros), vencendo-se a primeira no mês seguinte ao trânsito em julgado desta decisão.

Nestes termos, estando o ciclista suspenso preventivamente desde o dia 04.01.2013, o mesmo não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 03.01.2015 (conforme decorre da conjugação do disposto nos artigos 69.º e 70.º, ambos da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto).

Notifique-se a decisão ao Ciclista e à ADoP, juntando-se em anexo cópia do Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 30 de Abril de 2013

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

44
df.

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS

A UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA / FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO (adiante UVP/FPC), por delegação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP), instaurou o presente processo disciplinar contra o ciclista com a **licença nacional n.º** tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição ('*Maratona BTT 5 Cumes*'), realizado no dia 23.09.2012, com o código "Miséria", e que acusou a presença da substância Efedrina (substância proibida pertencente à classe S6.b da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos), numa concentração de 28,4µg/mL, sendo o limite legal admissível de 10µg/mL.

No âmbito do processo disciplinar (adiante PD) foi realizado o presente inquérito, durante o qual foram realizadas, *inter alia*, as seguintes diligências de instrução:

1. Foi recolhida prova documental (v. fls. 2 a 14 e 26 a 46 do PD);
2. Foi enviado ao Arguido, e este recebeu, o despacho de abertura do processo disciplinar e a nota de culpa (v. fls. 17 a 22 do PD);
3. Foram tomadas declarações ao Arguido (v. fls. 23 a 25 do PD).

O Arguido não constitui mandatário nem respondeu à nota de culpa, mas compareceu na data agendada para a sua inquirição, tendo então optado por prestar declarações, que foram reduzidas a escrito (tudo a fls. 23 a 25 do PD).

O Arguido não requereu a junção de quaisquer documentos, nem a realização de diligências probatórias, limitando-se a apresentar a sua versão dos factos.

Oficiosamente, o Instrutor fez algumas pesquisas acerca dos produtos/medicamentos que o Arguido afirmou ter tomado, com vista a tentar descortinar se algum deles tinha sido o responsável pelo resultado positivo da análise (v. fls. 26 a 46).

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer e os elementos constantes do PD são, a nosso ver, suficientes para tomar uma decisão. Pelo que, concluída a instrução, cabe elaborar este Relatório Final de inquérito, que acompanhará o processo e se destina a facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Neste ponto enunciaremos os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar, analisando a defesa e a prova realizada durante o processo de inquérito, para determinar quais se consideram provados e não provados. Depois disso, proceder-se-á à subsunção dos factos provados às normas legais e regulamentares aplicáveis, para depois concluir se o Arguido deve, ou não, ser condenado.

i) DA PROVA REALIZADA:

No presente inquérito, o Arguido vem acusado da prática de um ato de dopagem (infração prevista no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto).

A acusação fundou-se nos relatórios de ensaio das amostras A e B, elaborados pelo Laboratório de Análises de Dopagem (v. fls. 6 e 14 do PD), dos quais consta que foi detetada nas amostras recolhidas ao Arguido a presença da substância proibida *Efedrina* (substância proibida pertencente à classe S1.b. da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos).

Igualmente, a ata da contra-análise, elaborada e assinada pelo Presidente da ADoP, confirma que a análise à amostra B confirmou o resultado da amostra A (v. fls. 13 do PD).

Aquando da sua inquirição, confrontado com o resultado positivo, o Arguido referiu "(...) *que não sabe justificar, pois está convencido de que não tomou nenhuma substância proibida*". Acrescentou que para além das substâncias/produtos que discriminou no 'Formulário de Controlo Antidopagem', tomou também os produtos *Total Whey*, *Optimize HP* e *Sargenor®*, sem que contudo conseguisse esclarecer ao certo por que razão não os declarou juntamente com os outros produtos, no referido Formulário (v. fls. 23 do PD).

Feita a análise do Formulário do Controlo Antidopagem verificou-se que o Arguido, aquando da recolha da amostra, apenas declarou a toma das substâncias/produtos "*Safe*, *BCCA's*, *Glutamina* e *Tribulos*" (v. fls. 3 e 23 do PD).

Não obstante em face da nova lei este facto ser mais ou menos inócuo (visto não ter qualquer impacto na medida da pena a aplicar ao Arguido) e o ónus da prova caber à defesa, achou-se ainda assim importante tentar determinar se, efetivamente, alguma das substâncias declaradas pelo Arguido (aquando do controlo e, mais tarde, na inquirição) foi, efetivamente, a responsável pelo resultado positivo.

Assim, o Instrutor fez, oficiosamente, algumas pesquisas acerca dos produtos/medicamentos que o Arguido afirmou ter tomado, tendo concluído que nenhum dos que foi possível encontrar

contém efedrina na sua composição (v. fls. 26 a 46 do PD). De facto, o *Sargenor*® (único dos produtos autorizado pelo INFARMED), o *Total Whey* (da Goldnutrition), o *Safe* (da Goldnutrition), o *Glutamine* (da Goldnutrition) e o *Tribulus* (da Goldnutrition) são compostos por proteínas, aminoácidos e vitaminas, i.e., nada têm de ilícito. Quanto ao *Optimize HP* e o *BCCA's*, não foi possível encontrar nenhuma informação acerca destes produtos/substâncias [sendo que, quanto ao *BCCA's* estamos em crer que se terá tratado de um lapso de escrita e que o que o Arguido efetivamente queria escrever (a fls. 25 do PD) seria *BCAA's – Branch Chain Amino Acids*].

O Arguido não requereu a realização de qualquer diligência probatória, nomeadamente, a inquirição de testemunhas. Igualmente, não juntou prova aos autos. Ficou-se, portanto, pelas declarações prestadas aquando da sua inquirição. Órfão de qualquer substrato probatório que permitisse sustentá-lo, o depoimento do Arguido não passa de meras alegações.

ii) DOS FACTOS PROVADOS:

Perante os elementos recolhidos, temos como provados os seguintes factos:

1. No dia 23 de Setembro de 2012, durante a realização da prova '*Maratona BTT 5 Cumes*', o Arguido foi sujeito a um controlo antidopagem realizado pela ADoP (Autoridade Antidopagem de Portugal), tendo-lhe sido recolhida a amostra n.º 448575, com o nome de Código "Miséria".

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 3 do PD, que é o Formulário do Controlo Antidopagem da ADoP.

2. A análise realizada à amostra n.º A448575 revelou a presença da substância *Efedrina*, numa concentração de 28,4µg/mL (sendo o limite legal admissível de 10µg/mL), no organismo do Arguido.

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 6 do PD, que é o Relatório de Ensaio do Laboratório de Análises de Dopagem da ADoP.

3. Notificado do resultado adverso, o Arguido requereu a realização da contra-análise.

Este facto foi provado pelos documentos constantes de fls. 10 a 12 do PD, que são a troca de e-mails entre o Arguido, a UVP-FPC e a ADoP.

- 47
4. A análise realizada à amostra n.º B448575 confirmou o resultado da amostra A448575.

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 14 do PD, que é o Relatório de Ensaio do Laboratório de Análises de Dopagem da ADoP, e pelo documento de fls. 13, que é a ata da contra-análise.

Não ficam provados os seguintes factos (alegados pelo Arguido e que, portanto, lhe caberia demonstrar):

1. O resultado positivo da análise ficou a dever-se à toma de algum dos seguintes produtos/substâncias: *Sargenor*®, o *Total Whey* (da Goldnutrition), o *Safe* (da Goldnutrition), o *Glutamine* (da Goldnutrition), o *Tribulus*, *Optimize HP* e *BCCA's*.

Competindo o ónus da prova ao Arguido, este não apresentou qualquer elemento probatório que confirmasse a sua alegação. Ademais, pelas diligências realizadas oficiosamente, fica até indiciado o contrário, ou seja, que nenhum destes produtos/substâncias contém a substância dopante *Efedrina*.

- Conclusões

Os elementos recolhidos são suficientes para, nos termos conjugados do disposto nos artigos 9.º e 6.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, podermos afirmar, com segurança, que foi detetada a presença de uma substância proibida no organismo do Arguido e, como tal, que este praticou o ato de dopagem de que vem acusado (previsto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto).

iii) Do DIREITO:

Importa agora considerar as normas jurídicas às quais se poderão subsumir os factos acima descritos.

Nos temos do disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, a presença de uma substância proibida numa amostra recolhida a um praticante desportivo constitui violação das normas antidopagem. Acresce que, nos termos do artigo 5.º n.º1 da citada Lei o praticante desportivo tem o dever de assegurar que não introduz ou é introduzida no seu organismo qualquer substância proibida, sendo em consequência responsabilizado por qualquer substância proibida que seja encontrada na amostra que lhe pertença (artigo 6.º n.º1 da mesma Lei).

A infração ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto é punível com as seguintes sanções cumulativas:

- a. Pena de suspensão da atividade desportiva por um período de 2 anos, nos termos do artigo 61.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto;
- b. Invalidação do resultado individual obtido na prova "*Maratona BTT 5 Cumes*", nos termos do disposto no artigo 74.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.
- c. Anulação dos resultados obtidos nas competições em que participou após a recolha da amostra, nos termos do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto; e,
- d. Multa de €1.500 a €3.000, nos termos do disposto no artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC.

III. MOTIVAÇÃO E DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

Em nossa opinião, os factos recolhidos não nos permitem afiançar a existência de dolo, pelo que, a conduta do Arguido ser-lhe-á imputada, pelo menos, a título de negligência consciente (nos termos do disposto no artigo 15.º alínea a) do Código Penal). Com efeito, os ciclistas, mesmo sendo amadores, se participam em provas oficiais, submetendo-se, consequentemente, ao controlo antidopagem, não podem deixar de verificar se as substâncias que administram no seu organismo fazem, ou não, parte integrante da listagem de substâncias proibidas. Só desta forma, agindo com os deveres de cuidado a que estão obrigados, cumprem o dever a que estão adstritos nos termos do disposto no artigo 5.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto).

A negligência é punível, nos termos do disposto no artigo 56.º n.º3 e, em concreto, do artigo 61.º n.º2, ambos da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

Para além da culpa do agente, a determinação da medida da sanção deve ainda ter em conta as exigências de prevenção, bem como as circunstâncias atenuantes ou agravantes que depuserem a favor, ou contra, o praticante desportivo (v. artigo 14.º n.º2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto e artigos 71.º e 72.º do Código Penal). Feita esta avaliação, o decisor estará habilitado a aplicar, fundamentadamente, a pena ajustada ao caso concreto.

Sucede, porém, que toda esta avaliação e apreciação apenas tem cabimento como forma de fixar a pena, com a maior objetividade possível, entre o limite mínimo e o limite máximo previstos na norma sancionatória.

Ora, no caso concreto, no que à Lei Antidopagem diz respeito (Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto) essa margem de apreciação não existe, porquanto a mesma, à revelia de alguns princípios fundamentais, fixa a moldura aplicável em dois anos de suspensão (portanto, sem qualquer margem de discricionariedade, para que o decisor, entre o limite máximo e o mínimo, ajuste a pena às circunstâncias do caso concreto), acrescida das sanções acessórias de invalidação do

resultado individual obtido na prova e da anulação dos resultados obtidos nas competições em que o atleta participou após a recolha da amostra.

Ora, com esta formulação, salvo em raras exceções, o decisor é relegado à categoria de mero núncio, que fixa ao Arguido, no final do processo, a pena de suspensão que no início do mesmo já lhe está anunciada.

Mostram-se, portanto, no que à Lei Antidopagem diz respeito, despidiendos quaisquer cometários ou avanços para justificar a fixação da pena concreta, dado que, como se viu, a mesma resultará igual, independentemente do que se diga e prove a este respeito.

Sobeja, unicamente, a pena de multa, prevista no Regulamento Antidopagem da UVP/FPC, que, podendo ser fixada entre os €1.500 e os €3.000, importará definir em concreto e, como tal, precedentemente, definir os critérios que sustentaram tal fixação.

Como se viu, o Arguido ao permitir a presença de *Efedrina* no seu organismo, pretendia potenciar o metabolismo e assim aumentar o consumo natural de gorduras, com a consequente perda de peso, o que no ciclismo consubstancia uma vantagem competitiva (quanto menos peso tiver de ser locomovido, mais fácil e mais rápida se torna a locomoção. Não será despidiendos notar, a este respeito, como o preço das bicicletas aumenta proporcionalmente à diminuição do seu peso bruto). Desta forma, seguramente o Arguido conseguiu uma vantagem competitiva perante os restantes atletas, acabando assim por falsear a verdade desportiva, facto que não pode deixar de ser veementemente repudiado nesta sede.

Dito isto, estamos em crer que a negligência imputável ao Arguido é, apesar de tudo, grave.

Será ainda de ponderar na medida da pena a circunstância do Arguido ser primário e não se tratar de um ciclista profissional. E, também não será de descurar a situação sócio-económica pouco estável em que este se encontra – dado que auferia uma remuneração mensal de €600, mas alegadamente tem salários em atraso. Por outro lado, será também de levar em linha de conta que vive com os pais (pelo que, suporta apenas as despesas próprias) e que, apesar de tudo, atendendo ao preço dos produtos que este afirmou tomar regularmente, necessariamente temos de concluir que dispõe ainda de alguns recursos económicos (v. preços dos produtos de fls. 30 a 46 do PD).

IV. PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando tudo quanto acima se expôs, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido de uma pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de dois anos (artigo 61.º n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), acrescida da invalidação do resultado obtido na prova "Maratona BTT 5 Cumes" (artigo 74.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de

Agosto), da anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 23 de Setembro de 2012 (artigo 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto) e, ainda, de uma sanção pecuniária, que atentas as circunstâncias do caso concreto se fixa em €1.600 (artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC), por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos.

Lisboa, 24 de Abril de 2013

O Instrutor,

(Tito Crespo)